

Relatório de Iniciativas 2021



 **TRT-18ª REGIÃO**
Goiás

CONTINUIDADE E
INOVAÇÃO
Gestão 2021-2023

Missão

Realizar justiça, no âmbito das relações do trabalho, contribuindo para a paz social e fortalecimento da cidadania.

Visão

Ser reconhecida pela sociedade como instrumento de justiça efetiva, ágil e comprometida com a garantia dos direitos de todos os envolvidos nas relações de trabalho, com vistas à pacificação social e ao desenvolvimento sustentável do país.

Valores

Ética, agilidade, transparência, valorização das pessoas. efetividade, segurança jurídica, respeito à diversidade, acessibilidade, eficiência, inovação, sustentabilidade, comprometimento e participação social.



2021 ESTRATÉGIA NACIONAL 2026

REALIZAR JUSTIÇA É A NOSSA MISSÃO

MISSÃO

Realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania

VISÃO DE FUTURO

Ser reconhecida pela sociedade como instrumento de justiça efetiva, ágil e comprometida com a garantia dos direitos de todos os envolvidos nas relações de trabalho, com vistas à pacificação social e ao desenvolvimento sustentável do país

MACRODESAFIOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

SOCIEDADE

PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL E COMUNICAÇÃO

FORTALECER A COMUNICAÇÃO E AS PARCERIAS INSTITUCIONAIS

PROMOVER O TRABALHO DECENTE E A SUSTENTABILIDADE

VALORES

Ética, acessibilidade, agilidade, eficiência, transparência, inovação, valorização das pessoas, sustentabilidade, efetividade, comprometimento, segurança jurídica, respeito à diversidade e participação social

PROCESSOS INTERNOS

GOVERNANÇA E GESTÃO

FORTALECER A GOVERNANÇA E A GESTÃO ESTRATÉGICA

PROMOVER A INTEGRIDADE E A TRANSPARÊNCIA EM RELAÇÃO AOS ATOS DE GESTÃO PRATICADOS

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

GARANTIR A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO

GARANTIR A EFETIVIDADE DO TRATAMENTO DAS DEMANDAS REPETITIVAS

ASSEGURAR O TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

PESSOAS

INCREMENTAR MODELO DE GESTÃO DE PESSOAS EM ÂMBITO NACIONAL

ORÇAMENTO

APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

TECNOLOGIA

APRIMORAR A GOVERNANÇA DE TIC E A PROTEÇÃO DE DADOS



Introdução

De olho na estratégia 2021/2026, definida no [Plano Estratégico do TRT-18](#), e em observância ao [Plano de Gestão 2021/2023](#), o Tribunal executou, no ano de 2021, inúmeras iniciativas que contribuíram para o alcance dos seus objetivos estratégicos. Neste relatório, estão consolidadas aquelas mais relevantes, mostrando o desempenho do Tribunal e os resultados alcançados.



INCREMENTAR MODELO DE GESTÃO DE PESSOAS EM ÂMBITO NACIONAL

Iniciativas	Resultados alcançados
Projeto-Piloto “Desenvolvendo Competências na 18ª - Expansão 2021 – Eixos: “Pessoas” e “Apoio Judiciário”.	Determinadas as competências necessárias para cada posto de trabalho (matriz de competências); Avaliadas as competências individuais dos servidores; e Disponibilizados os resultados da avaliação individual e das equipes e consequentemente as lacunas de competências das unidades, fornecendo subsídios para diversos processos interligados, como construção do PAC Plano Anual de Capacitação, realocação interna e apoio na tomada de decisões do gestor.
Ação de atenção e acolhimento de magistrados e servidores em licenças de saúde prolongadas, acima de 90 dias.	Aprimorar a gestão da saúde de magistrados e servidores.
Aplicativo Conte Conosco	Aproximação da Gerência de Saúde com magistrados e servidores, ampliação dos canais de comunicação com a saúde.
Painel de Gestão de Saúde (BI)	Maior transparência dos dados da Saúde, dados de maior qualidade e confiabilidade, bem como acesso instantâneo e facilitado às informações.
Módulo de designação de magistrados (Sistema de Gestão de Magistrados)	Maior transparência nas designações feitas pelo NGMag, de forma a possibilitar aos magistrados que atuam na condição de volantes regionais fiscalizar a observância ao critério de antiguidade e alternância, além de contribuir para a agilidade e impessoalidade nas designações.
Programa de Formação Inicial de Servidores	Entrega dos cursos: Conhecendo o TRT-18; O Servidor do TRT-18; e Tecnologia da Informação e Sistemas Básicos, como parte da primeira etapa do Programa de Formação Inicial de Servidores.

Elaboração, aprovação e publicação do COLABORA - Plano de Contribuição da Gestão de Pessoas 2021/2023 (Portaria TRT 18ª SGP/SGGOVE/SGPE nº 1137/2021)

Aos moldes do Plano de Contribuição do biênio anterior, foram construídas iniciativas, indicadores e metas para a atuação da Gestão de Pessoas no biênio 2021/2023, o que permite direcionamento uniforme das unidades envolvidas, bem como avaliação e monitoramento das ações, fortalecendo a Governança de Pessoas do TRT da 18ª Região.



Instituição da Política de Sucessão do TRT da 18ª Região - RA 133/2021

Princípios e diretrizes que embasam o Plano de Desenvolvimento de Sucessão, o Programa de Sucessão, e suas correspondentes ações no âmbito do TRT-18, para os postos de trabalho gerenciais e críticos.



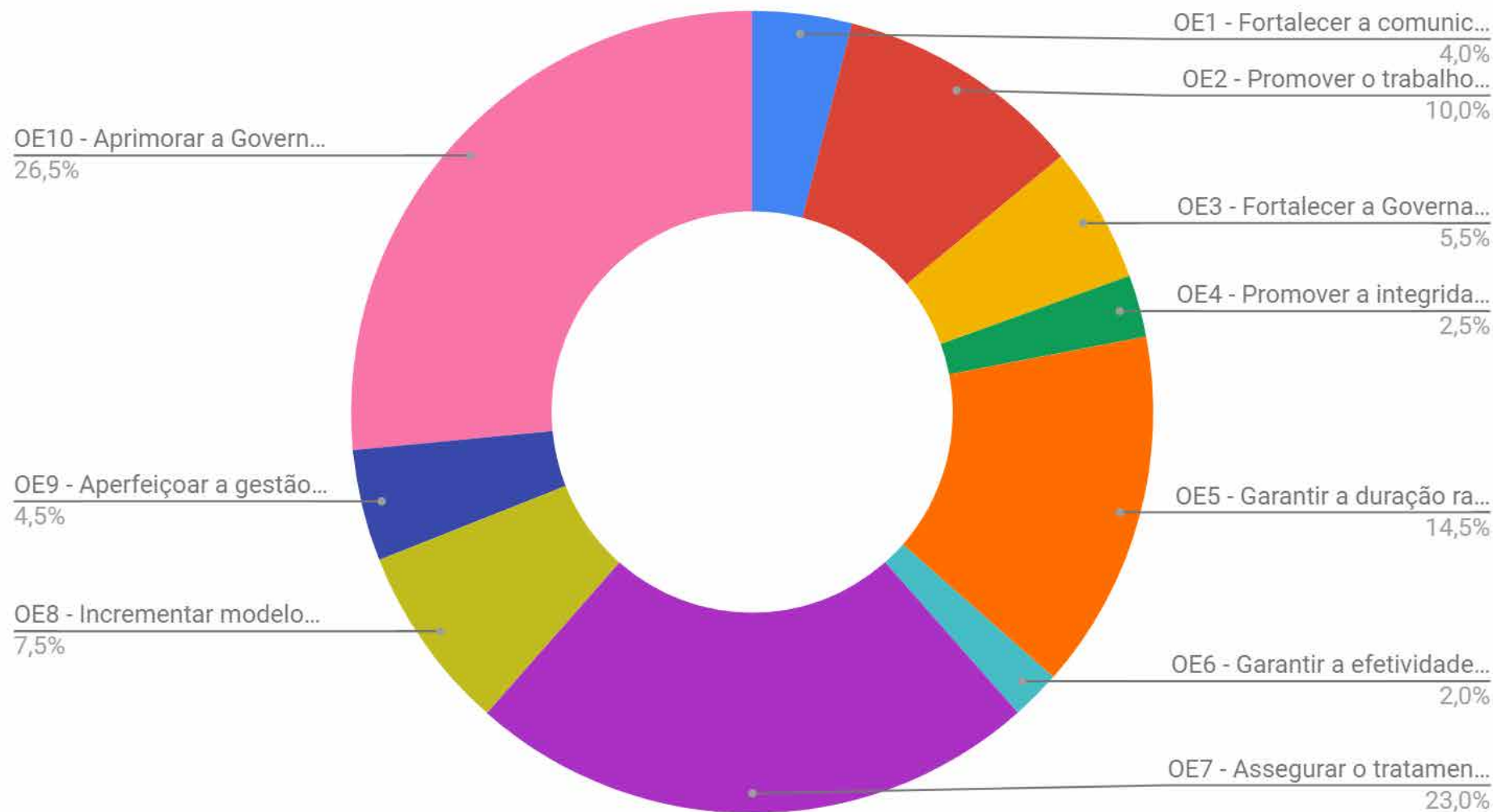
Capacitação de Magistrados e Servidores

Considerando a importância estratégica da Escola Judicial, de forma a contribuir com a missão do TRT da 18ª Região, todas as ações formativas promovidas pela EJud 18 (eventos internos e externos) estão sendo realizadas em alinhamento com o Plano Estratégico 2021/2026 e com o Plano de Gestão 2021/2023, nas seguintes proporções:

CAPACITAÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS - 2021-2026	1º SEMESTRE	%	2º SEMESTRE	2021	%	MAGISTRADOS CAPACITADOS	SERVIDORES 1º GRAU (CAPACITADOS)	SERVIDORES 2º GRAU (CAPACITADOS)	SERVIDORES ADMINISTRAÇÃO CERTIFICADOS (CAPACITADOS)	Nº DE SERVIDORES CAPACITADOS
OE1 - Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais	7	7,00%	1	8	4,01%	15	54	5	31	90
OE2 - Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	8	8,00%	12	20	9,99%	39	145	48	180	373
OE3 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica	2	2,00%	9	11	5,48%	19	46	19	81	146
OE4 - Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados	3	3,00%	2	5	2,50%	10	13	7	33	53
OE5 - Garantir a duração razoável do processo	12	12,00%	17	29	14,49%	226	485	172	61	718
OE6 - Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas	2	2,00%	2	4	2,00%	8	89	74	25	188
OE7 - Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas	27	27,00%	19	46	23,02%	308	757	228	263	1.248
OE8 - Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional	7	7,00%	8	15	7,50%	44	280	55	274	609
OE9 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira	3	3,00%	6	9	4,49%	2	0	0	120	120
OE10 - Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados	29	29,00%	24	53	26,51%	54	254	73	276	603
	100	100,00%	100	201	100,00%	725	2.123	681	1.344	4.148

Planilha completa disponível em <https://docs.google.com/spreadsheets/d/IEWRIsHV9W3Hcl3qkz3Lb7xH4xgym-FzK0a9gbQw57mA/edit#gid=1464028985>

CAPACITAÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 2021



APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Iniciativas	Resultados alcançados
Treinamento às Unidades Gestoras de Despesas para execução de testes no ambiente de homologação do módulo de Execução Financeira do SIGEO.	Homologação efetuada e início das atividades para liberação do módulo no ambiente de produção, o que possibilitará o atendimento da EFD-Reinf e das exigências das novas legislações impostas.
Estudos para implantação do sistema de suprimento de fundos e orientações aos supridos.	Padronização e facilidade na prestação de contas, ateste e emissão de recibos, no caso de prestação de serviço de pessoa física.
Nova Política de Governança e Gestão Orçamentária e de Contratações (Resolução Administrativa nº 132/2021).	Conformidade com a Política de Governança das Contratações no Poder Judiciário (Resolução nº 347/2020 do CNJ).
Implantação do pagamento, por meio do módulo Assistência Judiciária do SIGEO, dos profissionais nos processos que envolvam assistência judiciária gratuita.	Cumprimento do disposto na Resolução CSJT nº 247, de 25 de outubro de 2019, padronizando e aprimorando o controle das informações pertinentes às atividades de contratação de profissionais prestadores de serviços e dos pagamentos nos casos de assistência judiciária gratuita.
Atualização das formas de controle do acompanhamento orçamentário, tais como, a planilha que demonstra a execução do orçamento e a atuação do Comitê de Contratações.	Permitiu um controle efetivo com o SIGEO no acompanhamento da execução orçamentária e possibilitou a melhoria das informações disponibilizadas durante a realização de reuniões periódicas com os gestores de contratações. Estas medidas viabilizaram o resultado alcançado de 99,41% no Índice de Cumprimento da Emenda Constitucional nº 95/2016 - ICEC95 e 99,99% no Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias - IEDD.



JUSTIÇA DO TRABALHO
PORTAL DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
PROGRAMA SIGEO-JT



Acompanhamento e orientações às Unidades Gestoras de Despesas para inclusão e alterações de dados no SIGEO, módulo Planejamento e Execução Orçamentária

Homologação e liberação do módulo em produção. Esse módulo é destinado à gestão e coleta de dados para a realização de transações financeiras do SIAFI, envio da EFD-Reinf e acompanhamento das contratações no âmbito da Justiça do Trabalho.

Implantação do módulo Execução Financeira do SIGEO

A convite do CSJT, o TRT-18 foi o regional “piloto” na JT para implantação do módulo Execução Financeira do SIGEO. A versão inicial permite aos usuários externos (fornecedores) manter seus dados atualizados, enviar documentos fiscais, acompanhar os pagamentos, bem como visualizar suas ordens bancárias, entre outras funcionalidades.

Aos usuários da JT, o sistema padroniza a forma de recebimento de documentos fiscais, permite a impressão de documentos do SIAFI e faz a verificação de validade automatizada das notas fiscais eletrônicas, modelo 55, no site da Fazenda.

APRIMORAR A GOVERNANÇA DE TIC E A PROTEÇÃO DE DADOS

Iniciativas	Resultados alcançados
Eliminação de vulnerabilidades identificadas em soluções de TIC.	Redução significativa do risco de exploração de vulnerabilidades nos sistemas disponibilizados pelo TRT-18 em virtude do uso de bibliotecas e/ou componentes defasados e com falhas de segurança.
Elaboração do Plano Diretor de TIC.	O Plano Diretor de TIC (PDTIC) possibilita o alinhamento entre o Planejamento Estratégico Institucional do TRT18 (PEI-TRT18), o Plano de Gestão 2021-2023 do TRT18, o Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho (PE-JT) e a Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD). A partir desta ordenação é possível diagnosticar, planejar, priorizar e gerir recursos e processos de Tecnologia da Informação que visam atender às necessidades tecnológicas e de informação do Tribunal para o biênio 2021-2022. Constam como anexos do PDTIC o Plano de Projetos de TIC, o Plano de Contratações de Soluções de TIC, a Proposta Orçamentária Prévia de TIC e o Plano de Capacitação de TIC.
Implantação do PJE Mídias.	Disponibilização da gravação de audiências em um local seguro, permitindo o acesso de usuários para consulta a qualquer momento.
Adoção da Ferramenta Zoom.	A ferramenta permite uma padronização para a realização de audiências e sessões de julgamento nos órgãos da Justiça do Trabalho, em conformidade com o Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 54/2020.
Aumento do link de internet da Capital em 150% e contratação de links exclusivos de internet para as cidades de Anápolis, Aparecida de Goiânia e Rio Verde viabilizando instalação de rede sem fio nestas localidades.	Propiciar velocidade de acesso à internet, tanto para rede cabeada, quanto para a rede sem fio nestas localidades, sem competir com o tráfego do PJe e de outras ferramentas corporativas.

Desenvolvimento do aplicativo “Conte Conosco”.	É o primeiro aplicativo desenvolvido pela equipe técnica do TRT18 para dispositivos móveis. O aplicativo está disponível para acesso por magistrados, servidores e população em geral, contendo vídeos, notícias, podcasts e questionários sobre saúde física e mental.
Aquisição de equipamentos de microinformática (225 notebooks, 60 computadores e 113 monitores de vídeo).	No Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, os notebooks são utilizados prioritariamente por magistrados e gestores administrativos para operação das atividades jurisdicionais e administrativas, tornando-se ferramenta fundamental e indispensável para a execução dos serviços. Além disso, em função da pandemia do Coronavírus (COVID-19), a estimulação da prática de trabalho remoto e outras necessidades, a demanda por equipamento portátil aumentou consideravelmente, o que nos impele a ampliar a oferta deste tipo de notebook aos usuários do TRT18. Objetiva-se adquirir equipamentos de microinformática que permitam atender as necessidades das áreas de forma eficiente e adequada. A aquisição justificou-se pela necessidade de atualização/ substituição de notebooks, computadores e monitores de vídeo que estão sem garantia e/ou com obsolescência tecnológica. • Ganho de produtividade: ganho em processamento. Há uma crescente necessidade de busca de melhoria da tecnologia e aproveitamento eficiente dos recursos, com especial atenção ao quesito processamento, objetivando agilizar cada vez mais os procedimentos que facilitam o processo judiciário; • Redução de custo: os novos equipamentos possuem garantia de 36 meses, reduzindo custos de realização de contratos de manutenção e/ou peças de reposição; • Redução de riscos: O contrato com garantia de aquisição possibilita garantir o pleno funcionamento dos equipamentos sem os pormenores do contrato de manutenção ou da ausência dele.
Implantação dos painéis de apregoamento e mídia indoor nas VTs do interior do estado.	Foi concluída a implantação dos painéis de apregoamento e de mídia indoor nas varas do trabalho do interior do estado, facilitando a visualização das pautas para as partes e advogados e mostrando informações relevantes do Tribunal nestas unidades.
Melhoria do sistema de refrigeração da sala cofre em 20%.	Foi instalado o enclausuramento do corredor frio da Sala Cofre propiciando um ganho de eficiência de 20% e permitindo o funcionamento regular do sistema durante os meses mais quentes do ano.

Upgrade da memória física dos servidores de processamento de dados em 40%.	Foram adquiridos 5.8 TeraBytes de memória RAM visando homogeneizar o consumo de memória e de CPU dos servidores físicos do Data-Center. Esse upgrade propiciou ganho de performance dos serviços, melhoria da experiência do usuário no Gabinete Virtual e a economia na aquisição e no suporte das licenças de software em produção.
Formalização do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais - CGPD (Portaria TRT 18ª GP/SGP n. 151/2022); Criação da Gerência de Segurança da Informação - específica para o tema (Portaria TRT 18ª GP/DG/SGPE n° 78/2022); Definição dos planos para implantação da LGPD; e Criação de uma página no sítio eletrônico do TRT-18 que concentra informações sobre a implementação da LGPD no Tribunal, bem como disponibiliza formulário de exercício de direitos.	Com intuito de atender os requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018, importantes ações foram definidas. A formalização do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais permitiu aprimorar os estudos, discussões e proposição de medidas voltadas ao cumprimento da referida lei. A Gerência de Segurança da Informação, unidade recém criada e responsável pela segurança da informação e pela proteção de dados, permitirá a aplicação de diretrizes e o monitoramento das ações planejadas, além de fortalecer a implantação e divulgação da LGPD dentro do órgão. A definição do plano de ação aprovado pelo CGPD foi o ponto de partida para execução dos trabalhos voltados ao atendimento dos requisitos da Lei nº 13.709/2018. Por fim, o espaço específico reservado no sítio do tribunal possibilitará a divulgação e o acesso a documentos relacionados à LGPD.

Participação no desenvolvimento do PROAD - Sistema Nacional para Tramitação de Processos Administrativos

O PROAD é adotado em cerca de 20 Regionais Trabalhistas e há previsão de sua implantação no TRT-18 ainda no ano de 2022. Por este motivo, o Tribunal participou, de forma colaborativa com o TRT-12, no desenvolvimento de funcionalidades para a versão 4.5.0 do PROAD, lançada em dezembro de 2021. Essa versão inclui itens essenciais para viabilizar a implantação desse sistema no TRT-18, tais como o mecanismo de revisão de documentos, visualização sequencial de documentos, gerenciamento de sigilo dos processos e controle da numeração de atos normativos.



Instalação de toda infraestrutura de TI necessária para o funcionamento dos computadores no Complexo Trabalhista, tais como: Pontos de Acesso de Rede sem fio, DataCenter Secundário, Switches de Rede, ativação de pontos.

Propiciar o trabalho de qualidade, nos mesmos moldes já implantados no Fórum Trabalhista.



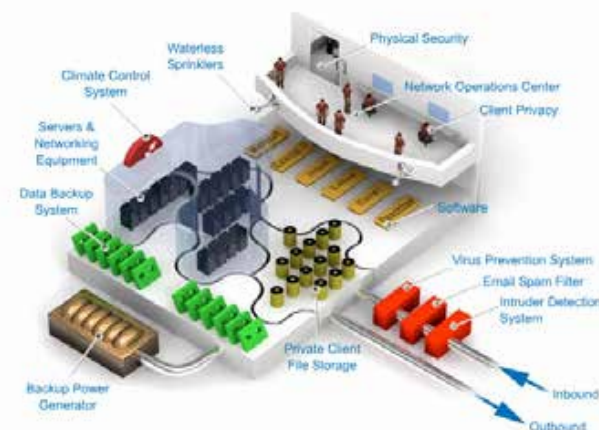
Criação do Setor de Segurança Operacional e aplicação de diversas medidas de segurança na autenticação de usuários e na transmissão e armazenamento de dados, dentre outras.

Mitigação da possibilidade de invasão por hackers e melhora do monitoramento em tempo real de comportamentos suspeitos no ambiente informatizado do Tribunal.



Reconfiguração do layout dos ativos do DataCenter e conclusão do Plano de Continuidade de Serviços Essenciais de TIC - Primeira Etapa

Identificação dos ativos e testes práticos simulando cenários de pane nos principais equipamentos e caminhos de comunicação de dados do datacenter. Várias oportunidades de melhoria foram identificadas e diversas delas já foram aplicadas com o objetivo de que os serviços não sejam interrompidos e, em caso de indisponibilidade, que o restabelecimento se dê dentro dos prazos esperados.



FORTALECER A GOVERNANÇA E A GESTÃO ESTRATÉGICA

Iniciativas	Resultados alcançados
Incremento no sistema “Hórus 18”.	Atualização do Módulo de Metas CNJ/CSJT com a inclusão da nova Meta 5 do CNJ, qual seja, Taxa de Congestionamento Líquida.
Elaboração do Plano de Gestão 2021/2023.	Definição das iniciativas que serão priorizadas e desenvolvidas durante a Gestão 2021/2023.
Plano de Gestão 2021-2023 - conclusão das seguintes iniciativas: - Desenvolvimento de competências nos eixos Pessoas e Apoio Judiciário; - Aplicativo Conte Conosco; - Plano de Ação de Acessibilidade; e - Desenvolvimento de painéis de Business Intelligence (BI) para a área de Saúde e Escola Judicial do TRT18.	Iniciativas que impactam significativamente os objetivos do Plano Estratégico Institucional contribuindo para o cumprimento da missão institucional e alcance da visão organizacional.
Instituição do Laboratório de Inovação e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região – LIODS-TRT18., por meio da Portaria TRT18 GP/SGGOVE nº 1032/2021 .	Criação de um espaço criativo e colaborativo para o desenvolvimento de novas ideias, práticas, novos produtos, processos, tecnologias ou a aplicação de melhorias que gerem diferencial e valor à Justiça do Trabalho, e fomentar a integração à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) para sustentabilidade do planeta e desenvolvimento da sociedade.
Sistema de Boas Práticas.	Organização e divulgação das boas práticas e melhores ideias do Tribunal para incentivar, valorizar e premiar a inovação, o conhecimento e otimização de ações e rotinas do órgão, visando melhorar o seu funcionamento e a qualidade de vida dos seus integrantes e usuários.
Realização de três Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs).	Acompanhamento da implementação da estratégia por meio do monitoramento dos indicadores, metas e iniciativas constantes do Planejamento Institucional.

Elaboração, aprovação e publicação do Plano Estratégico 2021/2026

Definição da identidade organizacional do TRT18 e seus objetivos estratégicos, indicadores e metas para o ciclo 2021/2026.



Prêmio CNJ de Qualidade DIAMANTE

O TRT-18 foi premiado na categoria DIAMANTE no Prêmio CNJ de Qualidade 2021, que englobou quatro eixos temáticos: governança; produtividade; transparência; e dados e tecnologia.



PROMOVER A INTEGRIDADE E A TRANSPARÊNCIA EM RELAÇÃO AOS ATOS DE GESTÃO PRATICADOS

Iniciativas	Resultados alcançados
Aprovação do Plano Anual de Gestão de Riscos - 2021.	Escopo estabelecido para realização das atividades de gestão de riscos no ano corrente, levando em consideração processos de negócio prioritários do TRT18.
Revisão da metodologia, fluxograma e manual de Gestão por Processos.	Metodologia atualizada de modo a corresponder com a atual maturidade do TRT-18 em relação a Gestão por Processos, que tem como objetivos aperfeiçoar, melhorar e inovar os procedimentos operacionais dos processos de trabalho do Tribunal, como forma de garantir a consecução dos objetivos institucionais.

Elaboração da primeira versão do Plano de Continuidade de Negócios (PCN)

Propicia resiliência diante da ocorrência de incidentes que acarretem na interrupção de atividades prioritárias do TRT18.



Palestra “Integridade na Administração Pública: Governança, Ética e Compliance”

Disseminação da cultura de integridade, com foco em sensibilização de magistrados e servidores sobre o tema, de modo a prevenir situações de fraudes, corrupção e desvios de conduta, e manter a ética.



GARANTIR A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO

Iniciativas	Resultados alcançados
<u>Portaria TRT18 SGP/SCR/SGJ N° 658/2021.</u>	Instituição de procedimento para notificação e intimação das partes, por Oficial de Justiça, mediante aplicativo de mensagem WhatsApp.
Implementação do modo de pagamento do Sistema AJJT - Pagamento dos Honorários Periciais via Sistema SIGEO - AJ-JT.	Maior controle, transparência e celeridade nos pagamentos dos honorários e respectivos recolhimentos dos encargos fiscais.
Convênio com a Telefônica Brasil S.A. - VIVO - que tem por objeto permitir o acesso, via WEB, a magistrados e servidores públicos do TRT-18 ao sistema eletrônico denominado PORTAL JUD da VIVO.	O acesso às informações dos dados cadastrais da base móvel junto à empresa proporciona maior celeridade às execuções.
Controle e-Acesso - Controle do cadastro dos magistrados e servidores nos Convênios e Sistemas disponíveis.	Agilidade no cadastro dos usuários, potencializando a utilização dos sistemas e, por conseguinte, dando maior celeridade na tramitação dos feitos.
Retificação do cadastro das partes com pendências no DATAJUD.	Obtenção de premiação máxima no Prêmio CNJ de Qualidade, neste tópico, bem como melhoria da assertividade das certidões expedidas on-line e ainda na tramitação dos feitos, execuções, já que o sistemas dependem da informação dos CPF/CNPJ dos devedores.
Projeto de Migração dos cálculos dos sistemas para o PJe-Calc.	Concentração das atualizações dos cálculos no mesmo sistema; obtenção de lista de devedores pelo valor do débito; descontinuação do sistema legado; e interligação com sistema automatizado de bloqueios - SAB (substituto do SABB - Robô do BACENJUD).
Disponibilização do Sistema de Designação de Oitiva de Testemunhas por Videoconferência - SISDOV - Provimento CGJT N° 3.	Maior agilidade para a designação de audiência para oitiva de testemunhas (Carta Precatória) pelo Sistema Nacional, para uso de todos os Tribunais Trabalhistas.
Adesão à PDPG - Plataforma Digital do Poder Judiciário.	Possibilita a convergência dos sistemas criados por outros Tribunais; incentivo e fomento de desenvolvimento colaborativo dos sistemas públicos existentes; e fortalecimento da interoperabilidade entre sistemas diversos.

Implantação do “Juízo 100% Digital” - [Portaria TRT 18ª SGP/SGJ N° 896/2021](#)

Extensão ao cidadão de maior acesso à Justiça, pois possibilita que os atos processuais sejam praticados exclusivamente por meio eletrônico e remoto.



Conclusão da migração de 100% dos processos em tramitação no 1º Grau de Jurisdição para o PJe

Evita o retrabalho, uma vez que as unidades judiciárias podem trabalhar apenas no PJe e permite a continuidade do projeto de descontinuação dos sistemas legados.



GARANTIR A EFETIVIDADE DO TRATAMENTO DAS DEMANDAS REPETITIVAS

Iniciativas	Resultados alcançados
Curso e Cartilha sobre Movimentos de Suspensão.	Realização pela Gerência de Precedentes, Jurisprudência e Ações Coletivas, em conjunto com a Escola Judicial do TRT18, no dia 03/05/2021, de capacitação para os servidores sobre o sistema de precedentes e sobre os movimentos de suspensão processual adequados. Na ocasião, foi distribuída Cartilha de Movimentos de Suspensão aos participantes. Posteriormente, as Cartilhas foram enviadas para todas as unidades judiciárias do Tribunal.
Curso Aplicação do IRDR na Justiça do Trabalho: perspectivas, benefícios e questões práticas.	A Escola Judicial do TRT18 promoveu o curso em questão, que foi ministrado pelo Juiz do Trabalho da 4ª Região, Cesar Zucatti Pritsch. O curso contou com a participação de Desembargadores, Juízes e servidores do Tribunal.
Expedição do OFÍCIO-CIRCULAR TRT18 CGPUJAC Nº 001/2021 e Reunião para orientação aos Excelentíssimos(as) Senhores(as) Desembargadores(as) e Assessores(as) do TRT-18 sobre análise prévia ao sobrestamento de processos em decorrência de suspensão determinada em autos de procedimento de formação de precedentes qualificados.	Orientação aos Desembargadores(as) e Assessores(as) no sentido de que, evidenciada a hipótese de suspensão determinada em autos de Repercussão Geral, Recurso de Revista Repetitivo, Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidente de Assunção de Competência, envidem esforços para que seja realizada a prévia análise dos pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal e da plausibilidade das eventuais nulidades alegadas pelas partes, evitando, assim, o sobrestamento desnecessário de processos.



Grupo de Trabalho de Precedentes

Criado Grupo de Trabalho para fortalecimento do sistema de precedentes judiciais pela Comissão Gestora de Precedentes, Uniformização de Jurisprudência e Ações Coletivas, por meio da [Portaria TRT18 NUGIC n.º 376/2021](#). Referido grupo tem as seguintes atribuições: I – Identificar questões passíveis de uniformização por meio dos incidentes de resolução de demandas repetitivas (IRDR) ou de assunção de competência (IAC); II – Realizar pesquisas para identificação dos elementos necessários para instauração dos referidos incidentes; III – Elaborar minutas para instauração de IRDR e IAC; IV – Desenvolver outras atividades com a finalidade de fomentar a utilização do sistema de precedentes qualificados no âmbito do TRT18.

Criação do Centro Regional de Inteligência do TRT-18

O Centro Regional de Inteligência, criado pela [Portaria TRT 18ª GP/SGP n.º 965/2021](#), referendada pela Resolução Administrativa n.º 88/2021, tem por objetivo fomentar o Macrodesafio da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 de Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios.

FORTALECER A COMUNICAÇÃO E AS PARCERIAS INSTITUCIONAIS

Iniciativas	Resultados alcançados
Uso de fachada do Tribunal para projeção de imagens e frases de impacto social.	Utilizada especialmente em datas comemorativas, reforça o compromisso social e com a diversidade do Tribunal, estreitando seu relacionamento com a sociedade. As projeções reforçam a imagem da instituição, uma vez que elas foram noticiadas por veículos da grande imprensa, como a Tv Anhanguera no Dia Mundial do Doador de Sangue.
Participação ativa da Presidência e da Comunicação Social nas destinações de verbas de Ações Cíveis Públicas, como na distribuição de cestas básicas e nas doações para órgãos governamentais e entidades da sociedade civil organizada, como a doação de veículo à Prefeitura de Goiânia.	Trata-se de uma forma de estabelecer parceria institucional com as entidades que recebem esses recursos, como a OVG e a CUFA. Fortalece o compromisso social do Tribunal e estreita seu relacionamento com a sociedade. Tais destinações e doações, por terem participação ativa da Presidência e da Comunicação Social, ajudam na conquista de espaço na mídia, tendo algumas dessas iniciativas sido veiculadas na Tv Anhanguera e TBC, por exemplo.
Pesquisa de Satisfação dos Usuários do TRT da 18ª Região 2020.	Entrega, mediante colaboração de empresa especializada contratada, do resultado da 9ª Pesquisa de Satisfação dos Usuários Externos do TRT da 18ª Região 2020.
Inserção de janela de libras ao programa de Tv Hora Extra, produzido pelo TRT-18.	Inclusão e acessibilidade de pessoas surdas e com deficiência auditiva ao conteúdo veiculado no programa Hora Extra, exibido nas emissoras Tv Justiça, Tv UFG, Tv Assembleia e Fonte Tv.
Aprovação do Plano de Gestão da Comunicação.	Publicado em dezembro de 2021 documento contendo objetivos, metas e iniciativas na área de comunicação social que contribuem para alcance das metas estratégicas do Tribunal, permitindo acompanhamento e monitoramento constante daquelas metas.
Inserção de legendas instantâneas nos cursos, palestras e eventos desde agosto de 2021.	Inclusão e acessibilidade de pessoas surdas e com deficiência auditiva ao conteúdo transmitido ao vivo de palestras, cursos e eventos realizados pelo Tribunal.

Parceria com Tv UFG para exibição do programa Hora Extra em dois horários semanais

Maior alcance público das atividades desenvolvidas pelo Tribunal e noticiadas no telejornal, bem como de questões amplas relacionadas ao mundo do trabalho, especialmente porque a emissora tem exibição em sinal da Tv Aberta, não apenas de TV por Assinatura. (Maiores detalhes podem ser vistos por meio da matéria <https://www.trt18.jus.br/portal/hora-extra-tv-ufg/>).

Estreitamento do relacionamento do TRT-18 com a sociedade.



Regulamentação, para o atendimento ao usuário, de Plataforma de Videoconferências - Balcão Virtual - [Portaria TRT 18ª SGP/SGJ Mº 414/2021](#)

A Plataforma de videoconferência, destinada ao atendimento de usuários internos e externos, propicia manutenção de canal permanente de comunicação entre os jurisdicionados e as unidades judiciárias simulando, em ambiente virtual, o atendimento presencial prestado nas unidades jurisdicionais durante todo o horário de funcionamento.





Cessão do edifício Ialba-Luza ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE)

A medida é resultado da otimização da ocupação dos espaços físicos do Complexo Trabalhista de Goiânia e proporciona o melhor aproveitamento dos recursos públicos e economia de despesas de manutenção (cerca de R\$ 500 mil anuais), além de promover parceria com o TRE e sustentabilidade por racionar

o uso dos espaços do Complexo Trabalhista. (Maiores detalhes podem ser vistos por meio da matéria <https://www.trt18.jus.br/portal/trt-cede-predio-do-complexo-trabalhista-para-o-tribunal-regional-eleitoral-parceria-vai-garantir-economia-para-as-duas-instituicoes-e-beneficios-a-sociedade/>).

PROMOVER O TRABALHO DECENTE E A SUSTENTABILIDADE

Iniciativas	Resultados alcançados
Produção de animação para o Dia do Combate ao Trabalho Infantil, exibido em escolas públicas e nas mídias do Tribunal.	Ampliar a conscientização quanto aos prejuízos do trabalho infantil e estimular a aprendizagem, forma legal e segura de emprego de menores de idade, a partir dos 14 anos, fortalecendo o compromisso de responsabilidade socioambiental do Tribunal.
Readequação dos espaços físicos do Fórum Trabalhista de Goiânia.	Além de estar de acordo com as ações de sustentabilidade empreendidas por este órgão, integra o Plano de Logística Sustentável – PLS ciclo 2021/2026 como uma das ações implementadas com vistas à redução de gastos, sobretudo nos indicadores Energia Elétrica e Água, contribuindo para promover o uso racional dos recursos disponíveis e a economia de gastos públicos.
Campanha de Arrecadação de brinquedos.	Tendo em vista a grande quantidade de crianças vivendo em situações de extrema pobreza e a passagem do Dia das Crianças, o Tribunal lançou campanha para arrecadar brinquedos e livros, que foram doados a crianças em comunidades carentes da grande Goiânia, iniciativa alinhada à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (em especial, erradicar a pobreza).
Palestra com terceirizados sobre assédio moral e sexual.	Evento realizado de forma presencial, direcionado aos(as) trabalhadores(as) terceirizados que atuam no Tribunal, com o objetivo de conscientização sobre a importância do combate ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, bem como para esclarecer as situações que se caracterizam como assédio.
Aprovação do Plano de Ação de Acessibilidade.	Projeto aprovado pela Comissão de Acessibilidade e Inclusão, em que são descritas ações referentes à promoção da acessibilidade, em suas diversas vertentes, no âmbito do Tribunal.



Instalação de energia fotovoltaica nas Varas do Trabalho de Caldas Novas, Catalão, Jataí, Quirinópolis, Inhumas, São Luís de Montes Belos, Ceres e Goiatuba.

O uso de energia elétrica é imprescindível à prestação jurisdicional, sendo necessário para iluminação, segurança, refrigeração e uso de diversos equipamentos indispensáveis, como computadores, data center, elevadores, dentre outros.

Com a publicação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que trata do teto de gastos da Administração Pública, tornou-se imperiosa a necessidade de investimentos que visem à redução dos valores gastos com custeio, tais como os investimentos em geração de energia fotovoltaica.

Do ponto de vista ambiental, a geração de energia elétrica por meio de fontes limpas e renováveis, com sistemas de pequeno porte e próximos da carga a ser suprida, contribui para a redução do impacto local sobre o meio ambiente.

Dentre as fontes de energia consideradas limpas e renováveis, a energia solar apresenta-se como uma forma viável para suprir parte do consumo de energia elétrica do Tribunal, fazendo uso da área disponível nas unidades e do recurso solar abundante no estado de Goiás. Link <https://www.trt18.jus.br/portal/energia-solar-caldas/>

Conclusão

As iniciativas descritas neste relatório demonstram que, no ano de 2021, o TRT da 18ª Região desenvolveu ações significativas que garantiram a maximização do seu desempenho e o cumprimento de sua missão institucional.

Em 2022, continuaremos acompanhando os resultados do Tribunal, avaliando, corrigindo rotas e realizando as iniciativas programadas para a Gestão 2021/2023, além de tantas outras que proporcionem melhorias nos serviços prestados pelo nosso Regional.

Daniel Viana Júnior
Desembargador-Presidente
TRT da 18ª da Região